

# Edinho/MDB joga a educação em um abismo

Entramos na metade do segundo ano de mandato do governo Edinho/MDB e é visível a frustração dos profissionais da Educação com a atual administração. Apesar das falácias de um discurso “democrático”, manteve a estrutura vertebral de ataque aos servidores municipais: a Secretaria de Administração.

A Secretaria Municipal de Educação é um mero executor de decisões tomadas na SMA e na Procuradoria do Município, ou seja, mesmo que todas as secretarias estejam sobe uma política geral do atual governo, o preconceito sobre os professores prevalece e toda a política discutida na SME é barrada com o argumento que deve-se passar pela Procuradoria.

Apesar da justificativa “técnica” e “jurídica”, é claro que tudo depende da vontade política do governo Edinho/MDB, como no projeto “Escola sem Partido”, o projeto que libera a alimentação na escola, o projeto de habitação social e será assim com todas as pautas com mobilização popular e desgaste político do governo.

## O abismo

A cidade de Rio Preto não tem concurso público há 4 anos e tem a política de responsabilizar a escola para garantir professores, aumentando o conflito no interior da unidades de ensino. Na prática, mantém a política de negar o direito dos alunos de uma educação de qualidade e responsabilizar a direção das escolas para pressionar os professores e funcionários, o que deveria ser DEVER do governo: o direito do aluno.

As unidades escolares não têm material didático necessário, mantém as salas de aulas superlotadas, não

constrói unidades escolares, não realiza a manutenção dos prédios e espaços físicos e a escolas continuam com falta de professores.

## O direito do aluno

Com o discurso de “garantir o direito do aluno”, o atual governo “esfola o coro” dos professores, dos funcionários e da direção da unidade escolar. Em relação aos professores, é visível com a manutenção da substituição forçada ou as pressões sobre a direção das escolas, que leva a reprodução do assédio moral. Esse discurso é uma mera retórica da administração, pois não garante nem o mínimo na escola: professores em sala de aula.

## Os aliados da administração

Diferente do governo Valdomiro/PSB, o governo Edinho/MDB tem um aliado na aplicação dos ataques aos servidores públicos, em especial os professores e os profissionais da educação. Com o discurso de diálogo, mantém paralisado o Sindicato dos Servidores e usa essa entidade para legitimar a aplicação de seus ataques as condições de vida do funcionalismo municipal. Até mesmo em atos unitários com outras entidades, o PT e o Sindicato dos Servidores tentam impedir que os atos/manifestações sejam realizados em frente à prefeitura para proteger o governo Edinho/MDB.

A greve dos caminhoneiros deve ser um exemplo para o conjunto dos profissionais da educação do município, pois só com a luta e organização coletiva é possível garantir a manutenção dos nossos direitos e avançar nas nossas reivindicações.



# MPT DÁ 5 DIAS PARA A S.M.E

O Ministério Público do Trabalho de São José do Rio Preto deu 5 dias para a Secretaria Municipal de Educação entregar a lista de todos os professores contratados no município. Está em discussão no MPT a denúncia encaminhada pela ATEM – Sindicato sobre a falta de professores e de concursos públicos no município.

A ATEM-Sindicato insiste na necessidade da abertura imediata de concurso público para o preenchimento das vagas reais existentes no município, pois o último concurso público realizado para o preenchimento das vagas foi no ano de 2014. Para economizar recursos nas costas dos servidores, o governo Edinho/MDB precariza as condições de trabalho dos profissionais da educação, em especial os professores, intensifica o ritmo de trabalhado com as

substituições forçadas e aplica a política de criminalizar as faltas justificadas dos servidores.

## Manobra contra os professores de 40 horas

Ainda, alertamos que existe a hipótese da administração realizar uma manobra contra os professores de “jornada de 40 horas” que tem a intenção de reduzir a jornada para 35 horas semanais, pois, não abriria a possibilidade de redução em 2018 e, devido a situação da substituição forçada, forçaria entrar novamente pelo novo concurso com jornada de 35 horas.

Se o professor fizer essa opção, pela nova regra aprovada em 2017 no acordo da prefeitura com o Sindicato dos Servidores, o professor ficará 3 anos na REFERÊNCIA 1, só evoluindo após o término do Estágio Probatório.

Só com a organização dos profissionais da educação (professores, funcionários, coordenadores, diretores e supervisores) é possível barrar esses ataques e garantir os nossos direitos.

# PERDA DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A nova regra do AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO é cruel com os servidores municipais, além de retirar DOS APOSENTADOS, ela impacta diretamente nos direitos a folgas justificadas dos servidores municipais, como Licença Nojo, TRE, Licença Gala etc. Mesmo com licença causada por doenças infectocontagiosa, a nova regra retira dos servidores o bônus do auxílio alimentação, mostrando que a prefeitura não tem nenhum critério humano na aplicação de sua política.

Na contramão, um dos 4 critérios que permaneceu para não perder o bônus foi as “ausências por requisições do Poder Judiciário e da Polícia judiciária”. É importante lembrar que esse item foi o último a ser incluído no Bônus Educador Presente e a pergunta que fica

é: qual segmento do funcionalismo público se utiliza dessa falta com mais frequência? Essas decisões não devem ser controladas pelos Procuradores do município, principalmente quando está na direção de uma secretaria que organiza a vida do servidor.

Ainda, não podemos esquecer o lamentável papel que o Sindicato dos Servidores cumpriu nesse processo, além de acordar com o governo Edinho/MDB a inclusão desses critérios, articulou a derrubada da EMENDA produzida pela ATEM – Sindicato e assinada por número suficiente de vereadores para passar o projeto. Essa prática do Sindicato dos Servidores foi criticada até mesmo pelo vereador do PT, Marco Rillo.

NOVA REGRA DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		
PERDE O BÔNUS DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	PERDE O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	NÃO PERDE O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
LICENÇA NOJO	APOSENTADORIA	LICENÇA PRÊMIO E FÉRIAS
LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE	10 faltas injustificadas	CONVOCAÇÃO JUDICIAL E POLICIAL
DOAÇÃO DE SANGUE	Licenças e afastamentos com prejuízo da remuneração	ABONADA
FOLGA TRE		
LICENÇA SAÚDE		
LICENÇA GALA		



# O RECURSO CONTINUA CRESCENDO

Os PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO são os únicos servidores que têm recursos específicos para garantir o pagamento de salário. Em comparação no mesmo período de 2017 para 2018, teve um crescimento de 10,63%, mas nosso reajuste foi de 3%.

Isso mostra que é necessário fortalecer um Sindicato específico que representa os trabalhadores da educação municipal para defender os interesses de nossa classe. Esse é o papel da ATEM- Sindicato.

Repasso do FUNDEB		
	2017	2018
Janeiro	18.258.756,86	20.216.537,43
Fevereiro	8.270.289,39	13.513.110,48
Março	16.171.993,94	13.750.098,37
Abril	8.496.847,39	9.408.475,48
Maio	15.764.039,03	17.192.929,33
Total	66.961.926,61	74.081.151,09